



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**PATRÍCIA DOS SANTOS COSTA**

**“TEM QUE DAR UMA ‘PÊIA’ NELE”:  
COLOCAÇÕES DE CRIANÇAS  
DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO DISTRITO FEDERAL  
SOBRE A SANÇÃO FÍSICA**

Brasília/DF  
2016

**PATRÍCIA DOS SANTOS COSTA**

**“TEM QUE DAR UMA ‘PÊIA’ NELE”: COLOCAÇÕES DE CRIANÇAS  
DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO DISTRITO FEDERAL SOBRE A SANÇÃO  
FÍSICA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Orientador: Professor Dr. Francisco José Rengifo-Herrera.

Brasília/DF  
2016

**PATRÍCIA DOS SANTOS COSTA**

**“TEM QUE DAR UMA ‘PÊIA’ NELE”:** COLOCAÇÕES DE CRIANÇAS  
DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO DISTRITO FEDERAL SOBRE A SANÇÃO  
FÍSICA

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Francisco José Rengifo-Herrera (Orientador)**  
Faculdade de Educação/Universidade de Brasília

---

**Profa. Dra. Maria Fernanda Farah Cavaton (Examinadora)**  
Faculdade de Educação/Universidade de Brasília

---

**Profa. Dra. Gabriela Sousa de Melo Mieto (Examinadora)**  
Instituto de Psicologia/ Universidade de Brasília

---

**Profa. Dra. Silmara Carina Munhoz (Suplente)**  
Faculdade de Educação/ Universidade de Brasília

Dedico este trabalho à todas crianças que com seus sorrisos permitiram-me florescer. Obrigada por me ensinarem da forma mais sublime e cederem suas palavras e ações, sendo a parte mais importante dessa pesquisa.

Tu, pois, que ensinas a outrem, não te ensina a ti mesmo?

Romanos 2.21

## AGRADECIMENTOS

Deus, obrigada por conduzir-me até aqui, eu quero Te conhecer e prosseguir em Te conhecer, pois esse é o alvo da minha vida. Eis-me aqui!

Agradeço a minha família em especial minha “mamadi” Fábila pela sua bondade e generosidade que me ensinou a ser uma pessoa melhor e ao meu pai Juliano por me fazer sentir-se segura e por ser o “espinho na minha coluna” me motivando a ir além. Aos meus irmãos Breno e Débora que são um pedaço de mim, me tornaram mais sensível e me concederem momentos de alegria Amo vocês!

Ao meu orientador Francisco José Rengifo-Herrera que me acolheu e desde o início acreditou neste trabalho, por todo seu comprometimento e dedicação. Por sua sensibilidade como professor e orientador, pelo seu respeito e encorajamento durante a construção desse trabalho. Obrigada Profe ☺

A todos os professores que tive na minha jornada acadêmica, pois foram professores com condutas exemplares a serem seguidas, de modo especial, à Taísa Resende, Tereza Cristina, Cleide Quixadá, Cristina Leite, Adriana Almeida, Eduardo Ravagni, Vinícius Armiliato, Cristiano Muniz e Renato Hilário.

Aos amigos da graduação, pelos momentos de companheirismo, diversão, pelas partilhas de aprendizagem e pela convivência. Em especial Andreza Ramos e Drielly Rodovalho, que durante esses anos se tornaram a minha família, dividindo sonhos, sorrisos e lágrimas.

Em especial a minhas amigas-irmãs que me abraçaram em meio às lágrimas, e acreditaram em mim desde a “gravidez ao parto” deste trabalho compreendendo a minha ausência, sendo meu amparo para os dias difíceis Hammah, Sharlene, Andréia e Luana, meninas amo vocês!

A “tia Marcela” que me abriu as portas e me possibilitou viver os dias mais felizes da minha vida no universo da sala de aula. Graças a ela tive um crescimento pessoal e profissional, e a certeza que não poderia ter escolhido melhor uma profissão a seguir.

Agradeço a Gabriela Mieto, Fernanda Cavaton e Silmara Carina Dornelas que aceitaram fazer parte da banca para contribuírem com o trabalho nesse momento tão importante do curso e da minha vida. Sinto-me privilegiada pela oportunidade de compartilhar esse trabalho com as senhoras.

“Não se iludam com o nosso riso. Olhem para dentro de nós, dos nossos pensamentos, quando tranquilamente vamos para a escola ou voltamos para casa, quando assistimos às aulas em silêncio, quando conversamos a meia voz ou murmurando, ou quando à noite ficamos deitados na cama. Temos outras preocupações, mas que não são menores; são mais profundamente sentidas; e temos grande, uma enorme saudade. Vocês são temperados pelo sofrimento, pela resignação, mas nós nos rebelamos ainda”.

(*Janusz Korczak*, 1981, p.143 in “Quando eu voltar a ser criança”)

## RESUMO

O presente estudo teve como objetivo a análise de narrativas de crianças entre a faixa etária de 5 a 6 anos da Educação Infantil no Distrito Federal a respeito do uso de sanções físicas como forma de criação e educação, como também investigar a “naturalização” da violência como valor social canalizado na experiência vital. No Brasil, apesar da existência de um aparato legal que insere a criança no mundo dos direitos humanos, há uma persistência da violência dirigida a ela, sendo a família um dos *locus* para sua ocorrência. De acordo com a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a responsabilidade pela defesa dos direitos da criança deve ser compartilhada por todas as instituições sociais, como a escola. Com isso, considerando sua finalidade de promoção do desenvolvimento da criança, cabe à Educação contribuir para o enfrentamento da violência contra crianças. A instituição alvo da pesquisa foi uma escola de Educação Infantil do Distrito Federal, sendo realizadas observações e oficinas as quais promoverão um espaço de escuta das crianças. A análise das narrativas permitiu verificar a hipótese de existir uma “naturalização” da violência contra as crianças

**Palavras-chave:** Sanção física. Violência. Educação infantil. Infância. Família.

## ABSTRACT

The present study had as objective the analysis of children narrative between the age group of 5 to 6 years of Elementary School in Distrito Federal regarding the use of physical sanctions as a means of upbringing and education, as well as investigate the "naturalization" of violence as channeled social value in the vital experience. In Brazil, despite the existence of a legal apparatus that places the child in the world of human rights, there is a persistence of violence directed at her, the family is one of the *locus* for its occurrence. According to the Federal Constitution (1988) and the Statute of Children and Adolescents (1990), the responsibility for the defense of children's rights must be shared by all social institutions such as schools. Thus, considering the purpose of promotion of child development, it is the education contribute to addressing violence against children. The aim of the research institution was a school of Elementary School of Distrito Federal, and made observations and workshops which promote a listening room of children. The analysis of the narratives allowed us to verify the hypothesis that there is a "naturalization" of violence against children.

**Keywords:** Physical Sanction. Violence. Elementary School. Childhood. Family.



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	10
<b>PARTE I - MEMORIAL EDUCATIVO</b>	11
<b>MEMORIAL</b>	12
<b>PARTE II - MONOGRAFIA</b>	15
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	16
<b>2. MARCO HISTÓRICO - QUANDO A INFÂNCIA E A VIOLÊNCIA SE CRUZAM NO BRASIL</b>	18
<b>3. VIOLÊNCIA, CRIAÇÃO E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO “NATURALIZADA” NO COTIDIANO DA ESCOLA E DA FAMÍLIA</b>	23
3.1. FORMAS DE VIOLÊNCIA NAS PRÁTICAS FAMILIARES	24
3.2. SIGNIFICADOS E PRÁTICAS DA VIOLÊNCIA COMO FORMA DE CRIAÇÃO E EDUCAÇÃO	26
<b>4. A VIOLÊNCIA SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO</b>	29
<b>5. METODOLOGIA</b>	32
5.1. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	33
5.2. INSTRUMENTOS E MATERIAIS	33
5.3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
<b>6. APRESENTAÇÃO DOS DADOS CONSTRUÍDOS</b>	35
6.1. OBSERVAÇÃO PRÉVIA EM SALA DE AULA	35
6.2. DESCRIÇÃO DA OFICINA	39
6.2.1. Oficina 1 - “O que eu gosto na escola? ”	39
6.2.2. Oficina 2 - “O que nos faz ter medo e ficarmos tristes? ”	40
6.2.3. Oficina 3 - “Meu pai, minha mãe”	41
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	47
<b>PARTE III – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS</b>	49
<b>PERSPETIVAS PROFISSIONAIS</b>	50
<b>REFERÊNCIAS</b>	51
<b>ANEXOS</b>	54
<b>ANEXO I</b>	55

**ANEXO II**

## APRESENTAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é um requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, conforme orientações da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. É composto por três partes: o memorial educativo, a pesquisa e as perspectivas profissionais.

No memorial educativo, falo do meu percurso acadêmico; faço um resgate de como ingressei na Universidade, destaco, ainda, pontos relevantes da minha formação no curso de Pedagogia na Universidade de Brasília e quais caminhos percorri para escolha do tema. O memorial educativo pretende mostrar o percurso do aluno e como, ao longo da sua trajetória de vida, vão se organizando formas de enfrentar a realidade.

A monografia com o tema Sanção Física como valor social: Colocação de crianças de uma creche do Distrito Federal discute questões tais como: Uso da violência como forma de criação e educação, a “naturalização”<sup>1</sup> da violência, o papel da Educação frente à violência, enfrentamento de relações de punições. Embora esses tipos de temas pareçam ser considerados nas falas e discussões acadêmicas, não recebem o interesse devido. As crianças vivenciam experiências no cotidiano do lar que acabam sendo incorporadas como formas de sentir e de julgar a realidade. A sanção física como forma de regulação do comportamento está inserida nas práticas e crenças dos pais.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, baseadas na pesquisa e as perspectivas profissionais da autora, onde há uma exposição de suas pretensões futuras.

---

<sup>1</sup>No percorrer do trabalho faz-se o uso das aspas na palavra naturalização devido ao sentido que a palavra traz a violência.

**PARTE I - MEMORIAL EDUCATIVO**

## MEMORIAL

Venho de uma trajetória escolar cursada em escolas públicas do Distrito Federal, as quais enfrentam todos os dias inúmeros conflitos dentro e fora do âmbito educacional. Ser aluna de escola pública me proporcionou conhecer o sistema educacional, suas possibilidades e fraquezas face a face, reconhecer meus direitos e lutar por eles. Igualmente, permitiu-me organizar formas de refletir sobre a realidade das pessoas que participam do ato educacional nesses contextos.

No ensino fundamental, tive a oportunidade de iniciar um trabalho com crianças de 4 a 10 anos como voluntária em uma ONG. O trabalho consistia em dar aulas, criar recursos pedagógicos e planejar atividades e coordenar o grupo de voluntários. Esse foi o meu primeiro contato com crianças na área educacional, também sendo um momento marcante, definindo minha perspectiva de vida futura.

Por meio do PAS (Programa de Avaliação Seriada) que é a modalidade de acesso ao ensino superior de forma gradual e progressiva, ingressei na Universidade de Brasília em 2012 para cursar Pedagogia, o que trouxe imensa alegria para mim e minha família pelo fato de estudar em uma Universidade Federal e por ser a única forma que poderia ter de acesso ao ensino superior. Essa medida de política afirmativa integra a universidade e a educação básica, sendo o momento de formação contínua dos alunos propiciando diálogos com os conhecimentos e com a própria universidade, a possibilidade de inclusão social oferece uma oportunidade de saliência por parte dos alunos e suas famílias a alcançarem seus direitos, muitas das vezes desconhecidos pelos mesmos.

O ingresso na Universidade mudou toda a minha vida, todos os dias foram de novidade e descoberta, a certeza de ter feito a melhor escolha da minha vida aumentava a cada momento, porém houve inúmeros momentos que pensei que não iria conseguir concluir o curso, mas durante esse caminho pude encontrar bons motivos para continuar.

O curso de Pedagogia abriu novos horizontes, na verdade ele é leque de variedade o que me possibilitou viver novas experiências durante esses anos, conhecer projetos e pessoas que todos os dias contribuem com o seu melhor para uma educação de qualidade.

Cursando o projeto IV com a professora Teresa Cristina Siqueira Cerqueira na área das representações sociais. Realizei a primeira e segunda fase do estágio em uma escola de educação infantil no DF, onde pude unir a teoria que havia aprendido até o momento com a prática escolar, isso me possibilitou ver a realidade das escolas ainda mais das turmas, pois fiz o projeto em duas turmas diferentes. Ao chegar à escola já levamos algumas concepções previamente definidas como a de que se a escola segue o mesmo Projeto Político Pedagógico todas as turmas vão ser “iguais”, e ao me deparar com duas turmas bem distintas, com realidade diferente e cada aluno com sua especificidade pude ver a importância do papel do educador e entender a função que a escola possui como local da constituição do sujeito.

Na vivência da sala de aula durante o projeto IV, alguns fenômenos chamaram minha atenção, por ultrapassarem o ensino dos conteúdos e cumprimento do currículo. Nas duas turmas existiam alguns alunos descritos pelas professoras como “alunos problemáticos” os quais não atendiam o avanço esperado pelas educadoras, que eram agressivos, que não poderia se esperar muito, os quais a família não era presente assim não podendo existir um diálogo família-escola. Esses casos me intrigaram durante a elaboração do projeto, porém com o término da estadia na escola e não continuação fez com que essas inquietações se acalmassem.

No meu 7º semestre, fui aluna da Professora Fátima Vidal, numa disciplina incrível de Práticas de Educação Inovadora, o que me despertou muito a curiosidade sobre os direitos das crianças à educação, os modelos de educação existentes pelo mundo e a defesa de uma escola onde o aluno seja a peça fundamental para elaboração das propostas. No mesmo semestre eu reencontrei o Professor Renato Hilário, na disciplina de Educação de Jovens e Adultos, que me ampliou a visão para o ensino na modalidade de EJA e como a bagagem que o aluno traz para a escola é de fundamental importância para o ensino e aprendizagem dele, que a sua história não pode ser ignorada. Essa fase foi fundamental na minha formação como Pedagoga, pois me trouxe questões que eu nunca havia estudado durante o curso.

No curso de verão, ao conhecer a Professora Taísa Resende pude amadurecer a questão de que existem fatores que influenciam o ensino e aprendizagem dos alunos, que muitas das vezes marcam uma vida trazendo situações emocionais e relacionais irreversíveis, como a violência familiar, e que esse tipo de situações reflete na escola.

Na busca por um professor/orientador, a professora Silmara Carina Dornelas me apresentou o Professor Francisco José Rengifo-Herrera, recém-chegado a Faculdade de Educação o qual admiro e respeito por sua ética profissional e toda compreensão e me acolheu para elaboração dessa pesquisa.

Atualmente, no primeiro semestre de 2016, estou tendo o privilégio de fazer minha monografia. Entendo assim, que o projeto V é uma organização das várias leituras, indagações e discussões que desenvolvi durante minha graduação e prática pedagógica.

Por fim, penso que, ao fazer o memorial, a última coisa que ele se torna é pessoal, no sentido de se tratar de uma única pessoa, para fazê-lo muitos são os personagens que compuseram essa história, nesse caso, minha história.

**PARTE II - MONOGRAFIA**



## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho contribui com a problematização e compreensão da emergência de processos afetivos que, quando se tornam cíclicos na história familiar, prolongam os processos de violência no contexto escolar e familiar. A análise foi focada nas colocações expressas por parte de crianças entre a faixa etária de 5-6 anos de uma escola da educação infantil do Distrito Federal quando participam de oficinas que promovem o diálogo sobre situações cotidianas que acontecem na escola ou no lar. As atividades deram espaço para diversas narrativas, posicionamentos e interpretações por parte das crianças e permitiu desvelar aspectos que têm a ver com as práticas de regulação e “disciplina” que as famílias usam no seio das suas interações.

O interesse pelo tema surgiu das minhas inquietações e questionamentos, levantados, inicialmente, no projeto IV. Durante esse período de estágio obrigatório foi possível identificar alguns dos questionamentos que já haviam surgido nas disciplinas cursadas do curso de Pedagogia. Neste momento, entendi que existiam relações dentro da escola que vão além dos conteúdos curriculares, envolvendo os aspectos subjetivos dos indivíduos que partilham nos espaços escolares. Esses aspectos subjetivos são muito mais poderosos e possuem maior complexidade. Além disso, esses processos particulares impactam de forma radical a aprendizagem e as maneiras de constituir vínculos por parte das crianças.

Levando em conta o que está sendo colocado, defini como objetivo geral deste trabalho analisar as narrativas expressas por crianças de uma creche do Distrito Federal a respeito das situações de sanção física e violência que são vivenciadas no contexto familiar”. E os objetivos específicos foram construir um vínculo com as crianças e conhecer o lugar em que estão inseridas, identificar suas manifestações e posicionamentos construídos sobre a e compreendê-los. Embora o assunto arrisca aspectos que envolvem os aspectos éticos e legais, devo destacar que não foram salientadas nem expostas circunstâncias particulares. As narrativas surgiram de forma espontânea o que justifica o estudo a partir das situações propostas pelas oficinas realizadas com as crianças e em colaboração com a professora. As oficinas tinham o propósito de eliciar situações, falas, experiências e vivências no cotidiano das crianças, sem forçar ou promover exclusivamente as colocações para questões que suscitem ações de punição ou violência.

No estudo, recorri a compreender o que é violência dirigida as crianças e quais suas formas de manifestação, trazendo a contribuição da contextualização do tema no

Brasil, apontamentos por parte da escola como lugar de constituição do sujeito e o enfrentamento desse fenômeno.

## **2. MARCO HISTÓRICO - QUANDO A INFÂNCIA E A VIOLÊNCIA SE CRUZAM NO BRASIL**

A infância faz parte do processo de organização e constituição da subjetividade ao longo da história humana, neste percurso a ideia sobre o que é ser criança vem sendo repensada e tem passado por constantes transformações ao longo dos anos. Ariès (1981) mostra o quão lento, complexo e não linear tem sido o processo de construção daquilo que ele denomina sentimento da infância. Especialmente o que tem a ver com os últimos séculos da Idade Média. A formação deste sentimento manifesto inicialmente pela paparicação das crianças pequenas e, posteriormente, estendido a noções sobre a ideia de proteção da inocência infantil. Por sua vez, a criação dos colégios e escolas, fez as crianças saírem do anonimato. Essa reorganização das dinâmicas sociais e dos papéis favoreceu a fusão com a vida dos adultos e a busca de uma compreensão da infância para um lugar de proteção moral.

O registro tardio da história da infância mostra a complexidade da construção da ideia de criança. Isso significa que a construção da infância tem sido simbolicamente complexa, cara e lenta para os grupos sociais ocidentais. Justamente isso faz com que o Ocidente não consiga enxergar com clareza a ideia de criança na sua totalidade. Historicamente os registros sobre as formas de criação indicam que há uma série de práticas bastante distintas nas diferentes culturas e ao longo dos diversos momentos sociais, econômicos, políticos e educacionais.

À luz de uma perspectiva histórica podemos ver que, além de demonstrar como a infância foi e é negligenciada, existe uma ideia recorrente de regulação através de sistemas coercitivos e heterônomos no comportamento, emoções e vivências da infância. É claro que esses tipos de práticas, valores e situações vivenciadas na cultura ocidental, têm sido incorporadas no nosso país. Embora existam diferenças, sincretismos e variações contextuais, aspectos comuns podem ser identificados.

No Brasil podemos destacar a infância no período colonial (Alberton, 2005) que era revestida de castigos brutais, principalmente as crianças escravas com a chegada dos europeus nas primeiras colonizações. As embarcações que aqui chegavam traziam crianças vendidas pelas suas famílias servindo de trabalhadores, súditos e outras acompanhavam seus pais.

Mary Del Priori (2004) aponta sobre os modelos ideológicos influenciados pela Igreja Católica e sobre a representação das crianças místicas e das crianças que imitam

Jesus. Em 1554, Manuel de Nóbrega fundou o primeiro colégio de catecúmenos no Brasil, a Confraria do Menino Jesus que reunia órfãos vindos de Portugal e os índios neste período destacava-se a prática do amor correccional com disciplina e castigos.

Os castigos e ameaças foram introduzidos pelos padres da companhia de Jesus, aqueles que pensavam em faltar à escola eram castigados com a palmatória e o tronco:

Lembramo-nos das histórias dos filhos que desde cedo se acostumavam à imposição de castigos físicos extremamente brutais. Os espancamentos com palmatórias, varas de marmelo (com alfinetes nas pontas), cipós, galhos de goiabas etc., tinham como objetivo ensinar as crianças que a obediência aos pais à única forma de escapar da punição (GUERRA, 2011, p.77).

A infância era considerada um pesadelo, e vemos que quanto mais regressamos na história mais isso é um fato comprovado.

A primeira idade é a infância que planta os dentes, essa idade começa quando a criança nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de enfant (criança), [...] é chamada de adolescência, porque a pessoa é bastante grande para procriar [...] é chamado de juventude devido à força que está na pessoa, para ajudar a si mesma e aos outros (GUERRA, 1975, p. 36).

Nesse ínterim, o século XVII caracteriza o âmbito familiar pelo poder central exercido pelo pai sobre o filho, revestido pelo discurso de autoridade paterna. As crianças não eram respeitadas e viviam em estado de abandono físico e moral, marcadas pela indiferença.

No entanto, na primeira metade do século XIX, repercutiram os desdobramentos políticos e sociais onde a criança passa a ser interesse do Estado para inclusão de uma política de amparo, valor e auxílio à criança, que antes se restringia à família e à Igreja. Cria-se uma concepção da criança ser entendida como um ser “em formação” e, se devidamente “educada”, constituiria o futuro de uma nação. O abandono moral das crianças era inadmissível visto que conduzia a criminalidade e comportamentos viciosos que advertiam a ordem social.

Igualmente a Ciência Moderna começava a enxergar os fenômenos de desenvolvimento. Darwin tinha iniciado as observações com os seus filhos. Abre-se uma nova jornada de compreensão sobre a organização do indivíduo como sujeito que

se constitui biologicamente, mas, também, histórica e socialmente (COLE; COLE, 2003).

Logo, as transformações sociais ocorridas neste período acentuaram a função da família como a conhecemos na atualidade. Especialmente, devo destacar o fato de ensinar as crianças normas de comportamento, legitimadas pelo discurso de autoridade, difundindo o ideário de passividade, docilidade e obediência e ligado à ideia de Estado-Nação que começa a se configurar:

Entretanto, a autoridade do adulto sobre a criança é pensada como natural e não social. A criança deve submeter-se ao adulto porque ele é naturalmente superior (...) A obediência se torna um dever exclusivo da criança, e sua revolta é encarada pelo adulto como uma transgressão aos direitos do próprio adulto (...) Ao ser pensado como natural a autoridade do adulto sobre as crianças, está-se de certa forma, justificando-a, sabendo-se que sob certas circunstâncias não é justa (GUERRA, 1985, p.55).

O discurso de autoridade que as crianças tinham que se subordinar à vontade dos adultos perpetuou em diferentes classes sociais, todavia o ideário burguês de valorização da infância e os cuidados derivados da família, função especificamente da mulher, foi apropriado de maneira distinta, de acordo com a sua inserção no modo de produção. Com a consolidação do capitalismo, a família passa a não assegurar a subsistência, tendo que ingressar a mulher e filhos no mercado de trabalho. O homem afastou-se do lar, com a função de prover as necessidades da família e a mulher operária complementava o trabalho do marido e, portanto, não reunia condições de cuidar de forma integral seus filhos quanto à mulher burguesa.

No início do século XX a infância começa a ocupar um lugar de importância essencial para a sociedade e para a família, é o momento em que começa a reflexão da criança como um ser que necessita de lugar, tempo, espaço e cuidados, este período começa a delinear o que mais tarde se aproximará com a ideia do que conhecemos na atualidade como infância.

No Brasil o Estado passa a intervir na família “incapaz”, ou seja, aquela que deixasse em situação de abandono material ou moral as crianças, fornecendo políticas públicas como subsídio ao fim de ajustar a “desordem” advinda da situação de pobreza. À medicina, atribuiu-se a função de recuperação da infância abandonada enquanto o judiciário coube instituir a penalidade.

Muitas leis e normas foram estabelecidas, no decorrer das épocas. Assim como na história da criança permeada pela ausência de sentimento e compreensão da criança como indivíduo, sem a distinção cronológica e psicológica.

Em 1927, foi consolidado pelo decreto nº 17.943-0 o Código de Menores, sendo esta a primeira lei voltada para crianças e adolescentes, cujo, objetivo era dar assistência e proteção aos menores principalmente aos que estivessem em situação de abandono ou delinquência. Porém, em 1979 foi publicado um novo Código de Menores, efetuando novas medidas de proteção, buscando meios de corrigir as supostas causas das incoerências provenientes dos menores que eram consideradas problemas para a sociedade.

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal com o objetivo de garantir os direitos sociais, econômicos, políticos e culturais dos brasileiros. A carta Magna também garantia que todo cidadão tivesse direito a saúde e a educação, culminando para a compreensão de que o povo detinha direitos que os tornava iguais perante a lei. Neste período notou-se uma mobilizou um questionamento da sociedade ao Código de Menores o que culminou na aprovação do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988):

Art.227. É dever da família, da sociedade e do estado assegurar á criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito á vida á saúde á alimentação á educação ao lazer á profissionalização á cultura á dignidade ao respeito á liberdade e á convivência familiar e comunitária além de colocá-los a salvo de toda forma de negligencia discriminação, exploração, crueldade e opressão.

Surge também o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,1990) sendo o marco legal das reivindicações de movimentos sociais que trabalhavam em defesa da ideia de que crianças e adolescentes são também sujeitos de direitos como cidadão.

Art.3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei assegurando- se –lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder publico assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à educação. Ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

No entanto, mesmo com todos os direitos defendidos pela legislação, a maioria não é respeitada, principalmente no que diz respeito aos cuidados essenciais, mostrando que não basta ter os direitos reconhecidos legalmente numa concepção de criança como ser de direito, como cidadã ainda é uma realidade não alcançada, é um desafio a ser incorporado por todos os brasileiros.

Embora haja uma enorme importância na criação e efetivação de leis, devemos destacar que as práticas, crenças e valores sociais, construídos ao longo de muitas gerações, não mudam drasticamente. As práticas persistem porque envolvem aspectos fenomenológicos incorporados na história subjetiva dos participantes da cultura.

### **3. VIOLÊNCIA, CRIAÇÃO E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO “NATURALIZADA” NO COTIDIANO DA ESCOLA E DA FAMÍLIA**

Atualmente, por inúmeros fatores, as famílias possuem as mais diversas formas e arranjos, ou seja, é socialmente construída não se constituindo isoladamente. Assim a sociedade experimenta novas configurações de famílias pautadas nas mais diversas organizações. É importante considerar que:

As novas feições da família estão intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas, ou seja, às transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes ao avanço da ciência e da tecnologia. (PNAD, 2004, p.41)

Entretanto, os conceitos relacionados à família apontam para uma estrutura familiar fazendo-se presente como instituição capaz de fornecer subsídios de socialização e proteção para seus membros, responsável em prover sustento, formar o caráter e educar os membros que a integram. Essas responsabilidades podem ser apontadas pelo Ministério de Saúde:

(...) o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos; quem primeiro transmite os valores, usos e costumes que irão formar as personalidades e a bagagem emocional das pessoas. A dinâmica e a organização das famílias baseiam-se na distribuição dos afetos, criando no espaço doméstico, um complexo dinamismo de poder entre os sexos e, no contexto afetivo, motivadas pela conquista de espaços que garantem o amor, o reconhecimento e a proteção, necessidades básicas da condição humana (BRASIL, 2002, p.13).

A família no Brasil ganhou lugar de destaque a partir da Constituição de 1988. Considerada uma legislação que avançou significativamente na consideração do “conceito de família e no tratamento dispensado a essa instituição considerada a base da sociedade” (GOMES, 2007, p.5). Constituiu-se como meio de proteger o indivíduo, sendo uma entidade pluralizada, igualitária, e democrática, partindo para uma concepção ampla, onde há uma pluralidade de entidades familiares, calcados nos valores da ética e do afeto.

Considero que a abordagem da violência é um tema que gera muitas dúvidas. O tema tem muitas arestas que acabam tornando difícil de abranger em poucas linhas. A ideia de práticas e valores que são construídos por parte dos indivíduos exige seguir um



rastrado de aspectos afetivos, relacionais e simbólicos. É por isso que tudo o que vem sendo estudado e debatido ao longo do tempo, devido à complexidade desse fenômeno, suas contradições e singularidades precisam de um posicionamento cuidadoso. Pode-se considerar a violência uma questão multifacetada e complexa, que considera seu caráter social, histórico e cultural.

Estudar esse fenômeno é relevante sob dois aspectos: primeiro, pelo significado que esse fenômeno traz para suas vítimas e marcas irreversíveis causadas pelo sofrimento, muitas das vezes silenciado. Segundo, porque, comprovadamente a violência presente nos lares pode interferir no adequado desenvolvimento físico e afetivo das crianças.

### 3.1. FORMAS DE VIOLÊNCIA NAS PRÁTICAS FAMILIARES

O marco teórico adotado para conceituar a violência contra crianças e adolescentes tem por base a teoria do poder.

Todo poder implica a existência de uma relação, mas nem todo poder está associado à violência. O poder é violento quando se caracteriza como *uma relação de força* de alguém que a tem e que a exerce visando alcançar objetivos e obter vantagens previamente definidas. A relação violenta, por ser desigual, estrutura-se num processo de dominação, através do qual o dominador, utilizando-se de coação e agressão, faz do dominado um objeto para seus “ganhos”. A relação violenta nega os direitos do dominado e desestrutura sua identidade. O poder violento é arbitrário ao ser “auto validado” por quem o detém e se julga no direito de criar suas próprias regras, muitas vezes contrárias às normas legais (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p.29).

Chauí (2003) reitera que a violência muitas vezes não é percebida nem mesmo onde se origina. A sociedade não vem percebendo que suas explicações acerca da questão da violência acabam sendo também violentas. Nesta perspectiva, ela é entendida como tudo aquilo que reduz “um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural” (p. 219).

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2002, p.15) a violência no âmbito familiar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família,

incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. O conceito não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também as relações em que se constrói e efetua.

Podemos afirmar que a violência familiar dirigida às crianças é um fenômeno que vem sendo compreendido por diferentes referenciais na literatura brasileira as quais são realizadas por Azevedo e Guerra (1989, 1997) e Guerra (1998).

A família é o *locus* no qual a violência doméstica é engendrada, operacionalizada, 5nqr fortalecida e executada. As relações estabelecidas na família reproduzem as sociais de poder, baseadas na desigualdade do mais forte frente ao mais fraco e através da qual os mecanismos de sujeição são mantidos pela proximidade física e afetiva do agressor com a vítima e pela privacidade familiar que converte a violência em “segredo” (Azevedo & Guerra, 1989; 1994).

Guerra (1998) aponta que a violência nas práticas familiares é intersubjetiva, devido à capacidade do inter-relacionamento com esse fenômeno, apresenta também relação com a violência estrutural que é caracterizada para Minayo (1993) pelo destaque na atuação das classes, grupos ou nações econômicas ou politicamente dominantes, que se utilizava de leis e instituições para manter sua situação privilegiada, como se isso fosse um direito natural, mas consiste:

- Numa transgressão do poder disciplinador do adulto, transformando a diferença de idade, adulto-criança/adolescente, numa desigualdade de poder intergeracional;
- Numa negação do valor de liberdade: ela exige que a vítima seja cúmplice do adulto, permanecendo silenciada;
- Num processo de vitimização: submete a vitima ao poder do adulto com o intuito de coagi-la e satisfazer os interesses, desejos e expectativas deste.

A autora pontua ainda que existem as seguintes formas de violência:

Física: abrange atos nos quais há a utilização intencional da força física por pais ou responsáveis contra a criança que resulta em ferimentos, lesões, sofrimentos psicológicos e até a morte da vitima;

Sexual: envolve atos ou jogos sexuais realizados entre adultos e crianças, objetivando estimular sexualmente a criança ou utiliza-la para obtenção de estimulação sexual para si e/ou outros;

Psicológica: envolve atos de depreciação da criança, ameaças de abandono, realizadas por adultos, que prejudicam a auto aceitação das vítimas e causam sofrimentos psicológicos;

Negligência: ocorre quando há uma omissão, por parte de adultos, na satisfação das necessidades físicas e emocionais das crianças. Tal ato não advém das condições da vida impostas ao mesmo.

Neves (2004) pontua que, apesar da divisão didática, a modalidade de violência encontra-se muitas vezes sobrepostas, podendo ser observada, em um único caso, a ocorrência de mais um tipo de violência.

### 3.2. SIGNIFICADOS E PRÁTICAS DA VIOLÊNCIA COMO FORMA DE CRIAÇÃO E EDUCAÇÃO

Tratar o tema da sanção física e o tratamento humilhante aplicado às crianças como processo educativo é desafiante. Somente uma ruptura contra essa prática tão arraigada na cultura brasileira pode trazer uma reflexão e um diálogo a partir dos mitos e crenças utilizados para justificação desse hábito.

O hábito de bater nas crianças, maltratá-las e humilhá-las no processo educativo está inserido nas mais antigas formas de relacionamento dos adultos com as crianças. A validação de formas de relacionamentos através da violência canalizada e internalizada é um fato evidente na história dos processos de criação no país. Segundo DeMause (1982, p. 1):

“Quanto mais atrás regressamos na história, mais reduzido o nível de cuidado com as crianças, maior probabilidade de que houvessem sido assassinadas, espancadas, aterrorizadas e abusadas sexualmente”.

Nas instituições sociais os adultos têm como responsabilidade educar as crianças, assim, transmitindo às novas gerações os princípios, valores, hábitos e noções que subsidiam a construção coletiva do mundo. O ponto crucial, é que as crianças

precisam aprender o que é certo e errado. Entretanto, além da tradição canalizada, ainda existe pessoas que acreditam que bater é um modo eficaz de educar. Isso ocorre pela resposta rápida que a sanção física traz fundamentando uma maneira funcional na criação.

A sanção física, nesses casos, é encarada como um mal necessário porque evita um problema no futuro. Causa também um mal-estar nos pais, que mesmo percebendo a inadequação desses castigos, desconhecem outras alternativas de cumprir seu papel.

A punição física é colocada, em alguns casos como último recurso, depois de esgotados outros métodos de resolução de conflitos, como a ordem, a fala, a ameaça e as inúmeras tentativas de explicação, isso também é encarado como maneira de correção de um “mau” comportamento. No entanto, em outros casos, a punição física é a maneira imediata da família se relacionar com a criança no que tange aos momentos de discussão e internalização das normas sociais e dos acordos com o grupo.

Argumentos como esses, muitas vezes, parecem fazer sentido, porém eles não resistem a qualquer análise educativa, uma vez que o aprendizado que leva à uma mudança eficaz o mesmo tendo um significado para quem aprende. No entanto, fazem sentido na ideia de perpetuação de valores fundamentados em práticas e crenças que esvaziam ao outro na relação.

No mundo contemporâneo da classe média, as famílias possuem incontáveis obrigações e ocupações que fez com diminuíssem o tempo dedicado às crianças. Os pais têm obrigações e afazeres que fez com que diminuem o tempo que podem dedicar às crianças. Desse modo, é mais comum que sua atenção seja despertada apenas nos momentos em que elas fazem algo que consideram errado.

De todos os argumentos mais usuais, a declaração de que a punição física educa positivamente para valores e comportamentos é um equívoco alarmante, pois demonstra uma incompreensão das necessidades infantis, de como essas crianças percebem e sentem o mundo.

O castigo pune o comportamento considerado errado, mas não ensina o correto, contudo, as crianças passam a evitar a punição com mentiras se distanciando dos cuidadores (BRASIL, 2001). Quando a punição física é determinada pelo humor dos pais não fica claro o motivo do castigo, assim, passa a mensagem que algumas coisas erradas podem ser concretizadas desde que seus esteja bem-humorados naquele tempo.

O principal fundamento que origina da punição é que a violência é a única maneira de resolver e lidar com os conflitos. A violência ocorrida no âmbito familiar

gera violência em outras esferas da vida das crianças, podendo ocorrer nas relações familiares, contra irmãos e parentes, e estender-se até o relacionamento conjugal, mais tarde. Ela pode afetar também o ambiente externo, como a escola. (DURRANT, 2008).

A interação do sujeito com os diversos ambientes sociais coopera para a construção dos valores morais, isso se dá a partir das convivências diárias, principalmente com os adultos que o cerca que faz com que haja a construção de seus próprios valores, princípios e normas morais. Tendo os valores como peça fundamental no processo de constituição psicológica do ser humano, pode-se apontar que há uma internalização de fatores externos, que como contribui Vigotski (1988) define o processo de internalização como forma cultural de comportamentos envolvendo a reconstrução da atividade psicológica em função de operações dos signos. Os resultados dessas internalizações produzem a mediação pela qual o sujeito e a cultura se constituem por meio da canalização e da significação.

Valsiner (2007) define a internalização como processo de análise dos materiais semióticos existentes externamente e de sua síntese sob uma nova forma dentro do domínio intra-psicológico. A criança vai se apropriando desse fenômeno vivenciado no cotidiano, externalizando esse fator. É necessário considerar que as experiências afetivas são importantes e compreender essas emoções tornam-se uma tarefa difícil, não existe uma forma de explicar o desenvolvimento humano, porém o autor considera três domínios que favorecem a organização desse processo: o ontogenético, o mesogenético e o microgenético que criam formas de expressar as emoções e experiências durante o processo de desenvolvimento. Os valores podem ser resistentes às mudanças uma vez presos as dimensões afetivas, mas isso não quer dizer que não podem sofrer alteração ao longo do desenvolvimento do ser humano.

São esses processos de internalização que estão ligados com a construção de valores sociais e valores subjetivos. Os sujeitos internalizam modos de enxergar, sentir, se relacionar e vivenciar o cotidiano. Essas vivências vão se internalizando, criando verdadeiras fortalezas afetivas que vão orientar os modos do indivíduo se posicionar frente a diversos aspectos da vida cotidiana. No caso do uso da sanção física observa-se que as crianças identificam que há maneiras de se resolver os problemas. Dentre essas formas está à punição com maneira de regular o outro.

#### 4. A VIOLÊNCIA SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO

As instituições sociais compartilham a responsabilidade pela luta contra violência dirigida à criança, como, por exemplo, as instituições educacionais. Espera-se que ocorra a inclusão da defesa dos direitos humanos das crianças, como fator resultante desse processo, enquanto objetivos a ser contemplado pelas mesmas.

O processo de escolarização desempenha papel fundamental na constituição do indivíduo e podemos reconhecer as crianças como seres ativos nesse processo capazes de expressar suas próprias concepções sobre diferentes assuntos o que as unem a escola que porta funções além das pedagógicas, sociais e políticas.

No entanto esse processo e a transformação que ele traz no desenvolvimento do ser humano envolvem aspectos socioculturais que influem na formação do sujeito.

A educação infantil é primordial para uma aprendizagem efetiva. Ela socializa, desenvolve habilidades motoras, afetivas e de relacionamento social além do desenvolvimento da autonomia tendo a escola como ambiente de alicerce para a formação do sujeito.

O contato com os educadores e a comunidade escolar transforma-se em relações de aprendizagem, uma vez inseridas nesse novo “mundo” há naturalmente um processo de adaptação onde laços afetivos são construídos assim como adversidades intra e interpessoais.

O educador dentro dessa instituição que respeita a criança em sua totalidade tem um papel essencial em sua construção como sujeito. Acredita-se que esse educador precisa compreender esse aluno como sujeito de direitos, os mesmo quais devem ser respeitados como um todo e que a forma com que o mesmo é tratado na família e na sociedade trará reflexos no seu desempenho escolar e intelectual.

(...) professores e professoras deste nosso Brasil brasileiro, lembrai-vos que muito mais do que “transmissores de conhecimento”, precisamos ser educadores! E o educador é aquele que conhece que acolhe que compreende que é sensível e solidário. Que ama! Que protege que respeita que ajuda a crescer que acima de tudo acredita na palavra da criança e tudo isso é indispensável para o professor perceba uma situação de violência vivida pelo educando na família ou na comunidade e, a partir daí, possa agir com determinação para protegê-lo e ampará-lo (ALBERTON, 2005, P.101-102).

De certa forma, analisar os problemas de violência, atribuindo a culpa exclusivamente aos pais é um ato simplista e parece ser preconceituoso. Parte das violências exercidas atualmente pelos adultos são os resultados de uma reprodução que os mesmos foram atingidos quando crianças, sendo práticas recorrentes e circulares que se perpetuam ao longo das gerações. Esse tipo de situações leva a que, mesmo com situações de violência habitual, e com situações de impacto forte na vida das pessoas, as crenças, emoções e posicionamentos afetivos parecem muito mais incorporados do que pode se imaginar ou estimar.

Considera-se que as escolas de educação infantil, são as que têm, dentro do sistema de educação, grande influência e responsabilidade na promoção do desenvolvimento infantil. Tendo papel de destaque o impulso e promoção de espaços de agenciamento de interações solidárias e cooperativas. Nesses contextos, enquanto principais ambientes que trabalham diretamente com criança, em especial nos anos iniciais da infância, os processos de apropriação de práticas que permitam o reconhecimento, os valores construtivos e a alteridade são essenciais no processo educacional que não deve apenas almejar a transformação cognitiva, como a reorganização afetiva, de valores e relacionamentos nas crianças.

A defesa das instituições de Educação Infantil como espaços de promoção do desenvolvimento integral da criança fomentou discussões e a realização de ações visando à modificação nas funções assistencialistas e compensatórias, constituídas historicamente em relação a essas instituições (CRAIDY; KAERCHER, 2001; OLIVEIRA, 2002; SOUZA; KRAMER, 1988).

Contudo, a educação infantil passou a incluir em suas metas o cuidado, a educação e a proteção da criança a partir da realização de uma ação em favor da defesa dos direitos da criança. Esses espaços educacionais devem ser contrários a qualquer forma de violência dirigida à criança, seja ela produzida no interior da própria instituição ou sendo provenientes de outras por pessoas que estão ligadas a criança e que a escola tome ciência do ocorrido.

Acreditamos que o educador se ampara nas leis que lhe permitem denunciar as violências sofridas pelas crianças. No entanto, sabemos que as leis são, apenas, formas de regulação que não necessariamente fazem parte da história fenomenológica das pessoas. Embora existam leis, as práticas, crenças e valores que prevalecem sobre qualquer aspecto legal. Acredito que a atitude do professor deveria ser de alguém que acredita que o ambiente escolar é uma ferramenta poderosa contra qualquer tipo de

violência. O bem-estar físico, emocional, intelectual e social deverá ser uma preocupação inerente ao trabalho do educador que acredita numa educação que liberta e promove a paz. No entanto, essas práticas e sentimentos também deverão fazer parte da história individual do professor. Se defrontar com situações de violência que trazem à tona a sua própria história, pode se tornar em uma situação dolorosa e que seja enfrentada de forma inadequada.

É fundamental ressaltar o desamparo que há com esse educador, que é uma peça fundamental na construção de seu aluno, mesmo existindo um aparato legal e o Estado fornecendo ferramentas que proteja e garanta os direitos dessas crianças. O professor está no meio de situações críticas. Ele questiona aos atores que exercem violência, mas ele pode virar alvo de acusações de descaso. Ele está fragilizado porque ao ficar calado torna-se refém dessa ação, assim vivendo na controvérsia da situação com o que “era para ser”.



## 5. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir da ideia de realizar um mergulho no cotidiano de uma sala de aula. Analisar as interações, diálogos, afetos e posicionamentos que surgiram ao longo das observações. Igualmente, foi proposto um cenário de oficinas que pretendia a explicitação de alguns significados sobre a compreensão e significação que as crianças têm a respeito das punições nos lares. Esta pesquisa pretende se aproximar de aspectos subjetivos, posicionamentos, narrativas, dinâmicas microgenéticas que facilitam a expressão de experiências, emoções e valores dos participantes a fim de alcançar os objetivos propostos.

A pesquisa é, dessa forma, um processo de produção de conhecimento permanente. Pois, durante seu desenvolver, novas questões podem surgir e indicar um novo caminho, implicando em uma postura flexível do pesquisador. Em relação a pesquisas com crianças, as entrevistas ou oficinas são importantes para estudar alguns temas que ainda não foram abordados com profundidade a partir da própria visão delas. Essas permitem ao pesquisador estar em uma posição de aprendiz, na qual é possível a abertura de diversos caminhos (TRAUTWEIN, 2010, p.257-277).

É preciso, nesse sentido, considerar que as crianças são sujeitos de direitos e de desejos, não almejando avaliá-las ou definir suas especificidades, mas sim, buscando conhecer e valorizar aquilo que elas pensam e sentem. Assim, “à percepção da criança como competente para falar vem somando-se o reconhecimento de que ela deve ser ouvida” (CRUZ 2010). Esta autora ainda pontua que é importante que o pesquisador estabeleça um vínculo com as crianças, adentrando processualmente no ambiente delas, criando uma confiança com o pesquisador. Essas, dessa forma, podem ficar mais livres para falar aquilo que realmente pensam.

A partir disso, considero que é preciso superar um caráter puramente de descrição da ciência, calçado em uma separação entre sujeito e objeto, buscando garantir a objetividade e neutralidade. Defendemos que existe uma relação entre sujeitos, considerando o pesquisador e os participantes da pesquisa. Além disso, acreditamos ser importante considerar as especificidades do contexto que está sendo pesquisado, abarcando suas singularidades e as histórias dos sujeitos envolvidos. Os significados, posicionamentos e articulações afetivas construídas pelas crianças tornam-se uma fonte única de compreensão das formas como vivências, valores e conceições são organizadas durante a infância.

### 5.1. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Optamos por realizar a pesquisa em uma escola pública de educação infantil, localizada em uma Região Administrativa do Distrito Federal. Essa é uma escola inclusiva que atende 394 crianças, entre 3 a 6 anos. A equipe pedagógica é composta por: três coordenadoras pedagógicas; uma orientadora educacional; uma professora para a Sala de Recursos; vinte professores regentes; dois auxiliares de secretaria; duas merendeiras; dois agentes de portaria; dois apoios administrativos; além de dois vigias (PPP, 2015).

### 5.2. INSTRUMENTOS E MATERIAIS

Foram utilizados os seguintes instrumentos e materiais: gravador de áudio e livro de história infantil, papéis, lápis, lápis de cor, giz de cera e objetos diversos, a fim de propiciar um ambiente descontraído de fala das crianças nas oficinas. Para as observações foi utilizado um diário de campo.

### 5.3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a efetivação da pesquisa, inicialmente, foi realizada as providências legais para entrada na escola junto a Regional de Ensino a qual a escola compõe um encontro com a diretora da escola para as devidas explicações dos procedimentos. Assim recebendo apoio também da professora regente da turma a qual foi realizada a pesquisa.

Dessa forma, os sujeitos participantes foram: 15 crianças (8 meninos e 7 meninas) na faixa etária de 5 a 6 anos, a turma possui uma aluna deficiente intelectual e a educadora regente.

A escolha da instituição se deu devido ao fácil acesso da pesquisadora e à disponibilidade da mesma em participar. Após solicitação do Projeto Político Pedagógico (PPP), para a professora foi disponibilizado também os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Infantil o qual a escola segue.

Foi realizada a leitura desse material, para contextualizar a instituição e saber sobre sua proposta político pedagógica. Depois, entramos em contato com os

responsáveis dos alunos para a solicitação da autorização dos participantes por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo A).

As observações participantes (Brandão, 1986) se deram em cinco encontros em período integral de aula, decidi participar de todas as atividades com as crianças e com a professora da turma, com o objetivo de conhecer e explorar o ambiente que as crianças estavam inseridas, buscando investigar como era aquele espaço, quais suas características, como as percebíamos, o que mais chama à atenção, além de ir aproximando das crianças e da professora, estabelecendo um vínculo inicial com elas. As observações foram registradas no diário de campo, depois de cada encontro, sendo que nenhuma informação era anotada durante o período que estava na escola.

A partir das inquietações das observações foram elaboradas três oficinas para interação com a turma e uma compreensão clara das questões de violência presentes no cotidiano familiar das crianças. Foram realizadas três oficinas usando alguns elementos lúdicos, como brincadeiras e fantoches, a fim de proporcionar um ambiente descontraído de fala. Com os objetivos de construir um vínculo com as crianças e conhecer o lugar em que estão inseridas, identificar suas manifestações e posicionamentos construídos e compreendê-los.

Julgamos necessário ter feito o convite às crianças para participar da pesquisa, considerando que elas poderiam e deveriam exprimir seu aceite ou recusa, respeitando sempre seu direito à liberdade de expressão, de escolha e de decidir sobre si mesmas. No entanto, não houve nenhuma criança que se recusasse.

Buscamos com isso elaborar um procedimento de análise que abarca a possibilidade de construção ativa e interpretativa da pesquisadora sobre os distintos momentos da pesquisa. A análise de conteúdos trabalha as falas dos sujeitos e suas significações, procurando conhecer o que está por trás daquilo que é expresso.

## 6. APRESENTAÇÃO DOS DADOS CONSTRUÍDOS

Porque se a gente fala a partir de ser criança,  
a gente faz comunhão:  
de um orvalho e sua aranha, de uma tarde e suas garças,  
de um pássaro e sua árvore.  
Então eu trago das minhas raízes crianceiras  
a visão comungante e oblíqua das coisas.

Manoel de Barros (2003, s/p) in Memórias Inventadas: A infância.

Neste capítulo, apresentaremos os dados construídos por meio das vivências na realização da pesquisa e as discussões dos seus diferentes momentos.

### 6.1. OBSERVAÇÃO PRÉVIA EM SALA DE AULA

Durante os encontros com a turma alguns aspectos importantes foram ponderados.

No primeiro dia, ao encontrar com Bia<sup>2</sup> (professora da turma) sou recebida com um abraço e seguimos em direção à sala de aula para receber as crianças que à medida que chegam cumprimentam a professora e questionam minha presença, Em seguida, os alunos se reúnem em rodinha e conversam sobre o que haviam aprendido no dia anterior, a professora contextualiza as crianças com a data no quadro, o clima, e quantos alunos estão presentes.

As crianças interagem com a professora nesse momento inicial, logo após Bia me apresenta a turma e pontua que a minha presença seria por poucos dias, porém estaria presente com eles em alguns momentos. A partir desse momento começo as observações pela estrutura da sala.

A sala segue um modelo de ambiente amplo e arejado, possui um banheiro dentro que são compartilhadas com a sala ao lado, as mesas estão organizadas em “L”, possui quadro negro o que por relato da professora é uma conquista já que possuem professores que são contra o uso de quadro negro na educação infantil e também contém um bebedouro.

A professora me faz um breve contexto da turma relatando aspectos relevantes para esse primeiro momento como o caso de Gabriel que possui aspectos autistas, porém não tem laudo e sobre Dayane que possui deficiência intelectual que resultam na garantia de uma turma reduzida. A professora também complementa dizendo que não há

---

<sup>2</sup> Nome fictício assim como os demais nomes que aparecem neste trabalho.

casos de violência na turma, que as crianças são consideradas tranquilas e se fosse necessário poderia me inserir em outra turma classificada como “violenta”.

No segundo encontro, recebo um pedido por Alex para que não ficasse olhando para ele, logo em imediato o atendi. Eduardo chegou e na sala e não havia mais cadeira, sua reação a essa situação foi ficar parado, olhando para os demais colegas a professora o observando me falou que ele era “sem atitude para resolver problemas, tinha um perfil apático a situações”. A professora Bia deu prosseguimento a sua aula com as atividades previstas para aquele dia os alunos encontram-se concluindo um projeto da história “João e o pé de Feijão” devido a isso hoje a atividade de consiste em aprender sobre o numeral 1 , Bia escreveu o número 1 no quadro e pediu que cada criança fosse até a frente passasse o dedo em cima do número e após o refizesse o número ao lado, algumas crianças apresentam formas diferentes de escrever o número o que faz com que a professora os corrigisse mostrando que só havia uma maneira “correta” de escrever. Ao término cada aluno recebeu uma folha para concluir a atividade, nesse momento ao me aproximar das mesas das crianças novamente Alex pede para que não olhasse para ele. Observando as demais crianças de repente me deparo com um chute de Alex embora ficasse surpresa com esta ação percebo um contato de chamar a atenção assim sendo falei para ele que não gostava de levar chutes ele riu e se sentou novamente.

A professora Bia está acompanhando a turma pelo segundo ano consecutivo devido a sua pesquisa de trabalho de conclusão de curso, tendo algumas crianças novas que ingressaram na turma este ano. Conversando com a professora sobre a minha pesquisa, ela relatou alguns casos de alunos que teve em anos anteriores com problemas intrafamiliares. Essas dificuldades intrafamiliares que presenciavam na educação infantil parecem recorrentes. Ela afirma que as crianças são espontâneas e falam sobre tudo que acontece em suas vidas abertamente. A professora dá um exemplo de um aluno que havia contado que apanhou em casa e chegou à aula machucado, assim que os pais foram constatados pela professora e ele chegou novamente com o braço machucado.

A professora solicitou que Vitor fosse até a mesa dela e perguntou:

1. Vitor por que você não veio ontem à aula?
2. Eu sai com meu pai tia
3. Você foi passear com ele?
4. Sim
5. E ele te bateu de novo?
6. Não tia, ele não me bate mais.
7. E quando você bagunça?
8. Ai ele me bate

9. E você está bagunçando Vitor?
10. (Risos)
11. Está bom, pode ir!

Após Bia solicita outro aluno.

12. Eduardo seu irmão ainda está preso?
13. Não tia ele mora lá longe
14. E o outro?
15. O Pedro?
16. É o Pedro!
17. Ele mora lá em casa
18. Ele ainda te bate?
19. Bate só de vez em quando
20. E sua mãe
21. Ela me bate tia

Ao presenciar este momento me indago, pois em um dos momentos iniciais da pesquisa Bia me afirma que não havia casos de violência na turma, que os alunos e famílias eram considerados por ela tranquilos, o que mais me espantou é a “naturalização” desse fenômeno por meio do diálogo da professora com as crianças e exposição da professora com os alunos solicitados por ela, o que justifica a construção desse trabalho.

No terceiro encontro, é o dia do brinquedo na escola e as crianças chegam à sala com seus brinquedos mais variados possíveis. Também é o dia previsto para a visita a brinquedoteca que as crianças gostam muito, o brinquedo mais disputado é a cama elástica. Ao perguntar para Lola se eu poderia brincar, ela me mostrou um manual que fica colado na cama elástica. Embora eles não tenham se apropriado do sistema de leitura ainda, ela me disse que lá estava escrito que adultos não poderiam brincar, só crianças. Percebo a noção apurada que as crianças têm de ordem e espaço com a explicação de Lola e com a organização que eles mesmos fizeram para cada um ter o seu tempo na cama elástica. Fui convidada pelas meninas para tomar chá na casinha delas e aceitei ficar junto delas. Débora repetira constantemente o comportamento de se jogar no chão e disse que estava com “caidite” que era uma doença que fazia as meninas caírem. Porém, Luna disse que na verdade ela havia tomado muito chá e estava bêbada por isso caía tanto e Dayana disse para Luna que chá não deixava ninguém bêbado.

Ao me unir com os meninos para brincar, recebo outro chute de Alex, também fui empurrada por ele, Breno e Pedro para o tapete. Ao questionar Alex por receber um

chute, pergunto se ele gostava que fizessem o mesmo com ele, por sua vez, Alex disse que não, logo, afirmei que também não gostava. Ele sai para continuar brincando.

No quarto encontro, eu pude conversar com a professora sobre algumas crianças que me inquietaram durante as observações, aponto algumas questões sobre o comportamento das crianças e a professora me relatou sobre os mesmos:

Eduardo: Uma criança “aquém dos outros”, tem dois irmãos que foram presos, os pais se separam e voltam constantemente, o pai é alcoólatra inclusive no início da semana foi leva-lo a escola bêbada. Os dois anos que a professora está com a turma à mãe só foi uma vez a escola.

Alex: Ele é o cara, o acho demais! Ele chegou para mim uma criança totalmente sem limites, sendo filho e neto único, os pais são jovens e mantêm um relacionamento estável e mostram-se carinhosos, a avó de Alex extremamente apegada e sempre vinha na escola ver o neto. Ao questionar a professora sobre Alex ter me chutado ela disse que ele chegou à turma violento e já vinha trabalhando com os pais para cortarem filmes e desenhos violentos, mas que ele realmente tinha esse comportamento que uma vez ele fez o mesmo com ela, porém o avanço que teve com ele é surpreendente, tem se mostrado solidário, media as relações e tem um espírito de liderança.

Lola: Mora em outra cidade e acorda muito cedo para ir à escola, pois os pais trabalham na cidade da escola, é sempre introvertida, ao questionar a professora por Lola sempre brincar sozinha a professora disse que ela realmente é assim, mas não é nada anormal, ela é de uma família com irmãos homens e só ele de menina, ela é uma das crianças que chegaram esse ano na turma.

Vitor: Vitor foi abandonado pela mãe e mora com seu pai o qual nunca participou de nenhuma reunião também.

Bianca: Vem de uma família envolvida com a criminalidade, quando chegou à turma falava inúmeros palavrões, não respeitava os amigos, ela discorda da maioria dos amigos como forma de chamar atenção dos outros.

No quinto encontro, as atividades da turma se concentraram em maior tempo fora da sala de aula, tendo atividades livres como a ida ao parquinho, pátio e a brinquedoteca. Neste dia pude começar a preparar as oficinas, e refletir sobre o que vim aprendendo com a turma até o atual momento.

## 6.2. DESCRIÇÃO DA OFICINA

As três oficinas realizadas, com duração aproximada de 20 minutos cada de acordo com o plano de aula (Anexo B), objetivaram criar um espaço para explicitar as concepções das crianças sobre a compreensão e sentido sobre situações do cotidiano que pudessem eliciar diálogos ou lembranças sobre situações que envolvem sanções físicas ou situações de conflito e crise no lar, criando um ambiente de escuta e proporcionando um espaço de manifestações das expressões corporais e orais.

### 6.2.1. Oficina 1 - “O que eu gosto na escola?”

A primeira oficina parte de um direcionamento onde a escola é vista como espaço de ensino e aprendizagem fundamental na construção do sujeito também sendo propícia a momentos de prazer aos atores envolvidos.

Inicialmente, foi proposto às crianças que refletissem sobre o que elas gostam de fazer na escola e que pensassem em algum objeto que representasse isso, em seguida, elas poderiam percorrer a escola em busca desse objeto que seria colocado em uma sacola denominada de “sacola das coisas legais”.

Cada criança pode percorrer o ambiente da escola com a supervisão da pesquisadora e da professora sem interferência para coletar seus objetos. O resultado foi os mais diversos objetos possíveis como carrinho, lápis de cor e massinha, porém, o maior percentual de algo que lhes trouxessem prazer foi representado pela areia do parquinho da escola.

Nesta oficina, pode-se perceber a importância da areia representando o parquinho da escola, na educação infantil as crianças possuem um momento dedicado à ida ao parquinho com isso elas tem contato direto com as outras crianças e de estarem inseridas em ambiente fora da sala de aula. Por fim, elas demonstraram por meio da representação de objetos algo que lhes trazem prazer de estar na escola, puderam ser ouvidas e compreendidas pelas suas escolhas. Essa oficina salienta a importância de ouvir as crianças, para uma melhor compreensão de suas interpretações. É necessário criar espaços para que as concepções das próprias crianças possam ser respeitadas, também sendo imprescindível que se escute as crianças, da maneira delas, dando espaço para suas diversas manifestações.



### 6.2.2. Oficina 2 - “O que nos faz ter medo e ficarmos tristes?”

A atividade proposta para essa oficina foi uma roda de leitura com as crianças com o livro de Chico Buarque “Chapeuzinho Amarelo”<sup>3</sup>, o livro enfatiza a questão do medo como um elemento que está presente na vida das pessoas, e a forma como neutraliza suas ações perante seu cotidiano, também abrange a maneira de como lidar com essa situação encorajando o leitor a superar seus sentimentos. O intuito de trabalhar esse livro é permitir uma reflexão sobre as emoções e sentimentos causados por partes de conflitos internalizados, que muita das vezes passa despercebido ou são ignorados pela falta da importância que se dá à fala e reações das crianças.

Inicialmente as crianças foram convidadas a ouvir a história de uma maneira interativa. Durante a oficina alguns aspectos foram questionados, porém ao perguntar para as crianças o motivo de ficarem tristes obtive como resposta que eles recebem sanções físicas em casa. Isto se atrela com o relato da professora Bia durante as observações que um aluno havia chegado à aula machucado. Bia disse que como medida de proteção a si mesma registrou o fato em seu diário de classe, encaminhando o caso para a direção. Solicitou ainda, que todos os pais e responsáveis das crianças estivessem presentes na reunião de pais onde um dos assuntos foi o ocorrido sem exposição do aluno, Bia disse que foi franca e clara aos pais relatando que as crianças são espontâneas e contavam tudo que ocorria em seus lares. Dias depois da reunião, a mesma criança chegou novamente machucada, porém dessa vez escondeu o braço e manteve-se distante da professora durante a aula, Bia ao questionar a criança sobre o machucado, logo diz que ela não poderia saber do que se tratava. Encaminhou o aluno novamente a direção da escola, porém o ato não surtiu efeito até o presente momento da observação.

Momento destaque da oficina:

1. “Pesquisadora: Porque vocês ficam tristes?”
2. Dayane: Porque alguém me bate
3. Pesquisadora: Quem fica triste quando alguém te bate?
4. Crianças: Eu!
5. Pesquisadora: E quem é que bate na gente?
6. Daiane: A mamãe
7. Vitor: Meu pai
8. Pesquisadora: Calma ai! calma ai! calma ai! Eu não ouvi, não ouvi. Quem é que bate?

---

<sup>3</sup> BUARQUE, C. *Chapeuzinho Amarelo*. 36p. Ilustrações de Ziraldo. José Olympio Editora, RJ, 2004.

9. Crianças: A mãe, o pai.
10. Breno: O Meu pai bate de cinto.
11. Pesquisadora: De cinto? Ai meu Deus!
12. Breno: Minha mãe me bate se cinto grosso
13. Pesquisadora: Com um cintão?
14. Breno: Cintão tia.
15. Luna: Tia a mamãe me bota de castigo
16. Pesquisadora: De castigo?
17. Luna: “Unrrum”

Pontuamos, a partir disso, que a leitura do livro permitiu que as crianças expressassem suas ideias e opiniões, indo além de uma possível interpretação da obra literária para uma realidade concreta dos fatos vividos por elas mesmas. As crianças acabam manifestando sua realidade e posicionando-se em relação ao que estava sendo contado. Devemos destacar que, embora há um interesse da pesquisa por suscitar algumas falas, nesse momento da oficina bem poderiam ter surgido outros tipos de colocações. Porém, o medo foi ligado rapidamente com a punição física, mostrada na linha de número 2, percebemos que as crianças têm medo de serem punidas, principalmente por seus pais, exemplificando também o uso de objetos para “auxílio” dessa prática.

### **6.2.3. Oficina 3 - “Meu pai, minha mãe”**

A terceira oficina obtém como propósito conhecer quais formas as crianças vivenciam como resoluções de conflitos em seus respectivos ambientes familiares foi elaborado uma apresentação de fantoches com o intuito de contar a história de uma filha que havia saído e não havia chegado em sua casa. Essa situação preocupou muito seus pais gerando um enorme tumulto em sua casa, pela ansiedade produzida pelo fato de desconhecer sobre o estado da filha. Isso havia gerado um questionamento de como isso poderia ser evitado pelos pais, que estavam se desgastando emocionalmente. À medida, que a história se dá é permitida uma construção continua coletiva, surgindo como solução imediatista à sanção física. Neste momento destaco as colocações das crianças sobre as sanções físicas como valor social para a resolução de conflitos familiares.

1. Pesquisadora: (Fantoches)
2. Papai– Olha Juliana não dá pra viver assim, a sua filha vive saindo, olha isso não pode mais acontecer, ela vive saindo e a culpa toda é sua, o que você está fazendo com a nossa filha?
3. Mamãe: Olha Fábio, a culpa não é minha você quem deixou sair, não dá mais pra ficar assim, quando aquela menina chegar, sabe o que eu vou fazer com ela?

4. Pedro: Apanhar!
5. Pesquisadora: O que?
6. Lola: Apanhar
7. Pesquisadora: Por quê?
8. Pedro: Porque ela saiu
9. Pesquisadora: Ela saiu
10. Breno: E não voltou
11. Pesquisadora: E não voltou até agora e vocês saem também assim?
12. Crianças: Não
13. Alex: Eu
14. Breno: Eu falo pra minha mãe quando eu saio pra andar de bicicleta
15. Alex: A minha mãe não briga comigo não
16. Breno: Eu ando sem rodinha

Nesse trecho, pode-se ver como a primeira colocação por parte das crianças está ligada ao castigo físico na linha de número 4. Pedro responde a pergunta do fantoche com a palavra “Apanhar!”. Lola acompanha a fala do Pedro. A emergência da referência ao castigo físico parece indicar que as crianças são orientadas culturalmente para associar as dificuldades e a solução de conflitos com os pais a partir da punição física. O castigo físico parece não ser visto como um elemento negativo e sim cotidiano e “natural” no processo de criação. Chama a atenção o fato de que as crianças reiteram a relação. Pedro indica que a saída da menina é a justificativa da punição física. Os valores, como indicados acima, são relações afetivas que se constroem ao longo do desenvolvimento. Formas de sentir, se posicionar e agir que são incorporadas pelas crianças desde os primeiros anos de vida. Situações de ausência de controle, de “disciplinar” se associam com recursos de sanção física. Práticas inseridas e incorporadas de geração em geração que se “naturalizam” e se consideram cotidianas e válidas.

Segunda colocação: Essa cena que vamos analisar é sobre o fato de uma menina ter tirado nota baixa na escola e seus pais estão à procura de uma solução para resolver esse problema com a filha.

1. Pesquisadora: (Fantoche) Papai: Olha só Juliana, eu vou pegar aquela menina e dar uma surra nela. Ela não se comporta, ela só tira nota baixa na escola, ela não faz nada direito,
2. Breno: Ixiii, o pai vai dar uma surra nela e vai bater nela.
3. Pesquisadora: Quando vocês fazem alguma coisa errada vocês apanham?
4. Alex: Não
5. Vitor: Sim
6. Débora: Eu apanho
7. Lola: Eu apanho
8. Alex: A mão do meu pai é grossa

9. Pesquisadora: Você apanha com a mão?
10. Aex: É
11. Vitor: Eu apanho com o cinto
12. Luna: Eu apanho de chinela

Nessa colocação do fantoche na linha de número 1, afirmando que a maneira para resolver as notas baixas da filha na escola é dando uma surra (bater) mostra a prática da punição física já incorporada pelas crianças e canalizada nas práticas intrafamiliares. A aceitação de Alex, na linha de número 2, deixa esse fato claro, o fato de se fazer algo que é considerado errado e ter como sanção o ato de apanhar é válido. Ao questionar se as crianças também apanhavam quando faziam algo que era considerado errado, a resposta é sim como demonstra as linhas de números 5, 6 e 7. Vemos ainda a utilização de objetos usados para efetuação da punição como o cinto citado na linha de número 11, a chinela citada na linha de número 12 e também o uso da mão na linha de número 8. Aqui as crianças expressam por meio de suas falas a violência física usada como prática educadora.

Terceira colocação: Nessa oficina, as crianças se depararam com mais um problema neste caso, o filho não vinha se comportando na escola.

1. Pesquisadora: Não, agora tem outro problema.
2. (Fantoche) Olha só Fábio, de novo o Carlos Eduardo aprontou na escola, ele não tem se comportado, a gente precisa resolver a vida desse menino.
3. Papai: Eu não sei mais o que fazer com esse garoto
4. Bianca: é tem que dar uma “pêia” nele
5. Pesquisadora: Pêia? Isso vai resolver o problema?
6. Dayane: Vai
7. Pedro: Sim
8. Bianca: Ele tem que apanhar
9. Pesquisadora: Tem o que Bianca?
10. Bianca: Que apanhar
11. Pesquisadora: (Fantoche) Papai: Pode deixar quando ele chegar
12. Breno: Ele vai apanhar
13. Pesquisadora: (Fantoche) Papai: Quando ele chegar está decidido, a gente vai por ele de castigo.
14. Bianca: Não vai bater

Nas linhas de número 2 e 3 os pais estão à procura de uma solução para que seu filho melhore na escola, nessa procura a solução parte das próprias crianças, como se pode ver na linha de número 4 onde Bianca afirma que “tem que dar uma ‘peia’ nele”, Bianca conclui na linha de número 8 que a criança deve apanhar e para surpresa da pesquisadora ela repete na linha de número 10 que sim ele tem que apanhar. Na linha de

número 13 a pesquisadora coloca uma situação menos “severa” para resolver o caso dizendo que a criança ficaria de castigo, porém Bianca mostra-se irredutível ao caso e coloca que a única alternativa para o caso seria apanhar.

O estopim dessa colocação é quais motivos levam uma criança de 5 anos, ver a sanção física como única alternativa válida para resolução de conflitos. Vemos o uso da violência a qual atualmente existe leis, projetos e iniciativas pelo mundo como uma praticam “naturalizados” fazendo parte das famílias e das escolas.

Como temos dito ao longo do texto, as práticas, crenças e valores incorporados na cultura não atendem aos requerimentos da lei. Embora existam leis que regulam e restringem as possibilidades de uso dos recursos violentos para agir contra as crianças, também é possível ver que os aspectos subjetivos das trajetórias de vida das pessoas parecem prevalecer. Círculos recorrentes que se repetem a cada geração. Justamente esses tipos de círculos se instalam nas crianças a partir da mais tenra idade. Eles se apropriam de modos afetivos (afetogênese) que se constituem em insumos para criar posicionamentos e formas de relação com o mundo. Dar uma “pêia”<sup>4</sup> não é apenas uma gíria, é uma forma de expressar o controle.

As políticas públicas, as leis e suas derivações podem fazer exigências sobre a regulação do comportamento, as realidades subjetivas dos indivíduos parecem distanciadas dessas leis. No caso das colocações expressas pelas crianças vemos o nível de “naturalização” que essas práticas atingem.

Enfrentar a aceitação e a banalização do uso dos castigos físicos como valor social é fundamental para a garantia do direito à integridade física e psíquica das crianças. Questionar os mitos e crenças culturais que apoiam o uso dessas praticas nos processos educativos é de suma importância para a construção de uma cultura de paz e de direitos humanos na sociedade.

Junto à criação do ECA, surgiu o Conselho Tutelar que foi criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo que o Título V da legislação dispõe sobre a definição e delimitação do seu papel como órgão de proteção das crianças e adolescentes, pontuando normas, para seu funcionamento e escolha de seus membros.

---

<sup>4</sup> Dar uma pêia”” tem origem da palavra pênis - os camponeses usavam o pênis do cavalo o tiravam, deixavam ele secar e depois o usavam para bater nos outros cavalos nos momentos que queriam acelerar, também usada para chicotear escravos no qual se urinavam quando surrados com a “pêia”.

No Art. 131 do ECA e o Conselho Tutelar é definido como “órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei” (BRASIL, 1990). Ou seja, o Conselho Tutelar se constitui como órgão autônomo porque hierarquicamente não possui nenhum superior, cabendo a seus membros decidirem sobre suas demandas.

Os conselheiros tutelares desempenham um papel importante na prevenção das sanções físicas com a interlocução com as famílias. O primeiro passo para essa prevenção é o reconhecimento dos castigos corporais usados no processo educativo como uma forma de violência. A partir disso, notificar pais e responsáveis que serão encaminhados para serviços que auxiliem na busca de estratégias de educação não violenta e na forma pacífica de resolução de conflitos.

Para fortalecer suas ações e seus encaminhamentos, o Conselho tem o poder de solicitar serviços de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho e segurança. Geralmente, ao serem notificadas, as famílias chegam ao Conselho Tutelar receosas, entendendo que receberá a medida protetiva como uma punição. Por isso, tende a enxergar a ação do conselheiro como a de um policial. De um lado, é certo que as medidas possivelmente resultarão em intervenções de Delegacias, Hospitais, Centro de Referências da Assistência Social, Centros de Assistência psicológica, psiquiátrica etc. Seu objetivo primeiro é o melhor interesse da criança ou do adolescente: a garantia de seus direitos.

Os aspectos antes mencionados indicam que as práticas de sanção física e uso de métodos violentos de regulação das ações das crianças não é apenas uma questão da lei. Embora existam regulamentos que permitem a reorganização das ações dos adultos, a “pêia” é uma forma de estabelecer sistemas de controle. Essas práticas não correspondem apenas a questões individuais trazidas pelos pais das crianças. As práticas mencionadas também fazem parte de círculos de ação que se repetem de forma cíclica nas gerações e que, justamente por causa disso, não se rompem apenas com a emergência da lei.

Ações pedagógicas para falar, expor, discutir e sentir o impacto que as ações violentas têm nas crianças deverão ser discutidas. Não é por acaso que as primeiras colocações espontâneas sobre a sanção física surgiram na história de “Chapeuzinho amarelo”. O medo, como elemento preponderante na história revela que as ações de punição física geram temor nas crianças. Muitas às vezes elas não entendem o que está

acontecendo. Esse ponto é um dos aspectos que querem se salientar na elaboração desse documento.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ora, as crianças são necessárias no mundo, e elas são o que são” (*Janusz Korczak*, 1981, p. 42 *in* Quando eu voltar a ser criança).

Neste trabalho, tivemos como objetivo analisar as narrativas das crianças sobre as punições e a “naturalização” da violência familiar. A fim de alcançar esse objetivo, promovemos uma revisão literária sobre o tema. Além disso, foi realizada a leitura do PPP (2015) da escola, observações da rotina das crianças e da professora e três oficinas com as crianças.

A violência vem aumentando constantemente a cada dia, alterando o comportamento de nossas crianças e adolescentes que expressam a sua frustração sobre o trabalho a escola e a comunidade. Podendo ser observado, no decorrer da história, que bater negligenciar, abandonar a rigidez foram consideradas padrões aceitos pela sociedade. Sendo que hoje são considerados aspectos de violência. A sanção física contra a criança e adolescente deveria ganhar maior notoriedade, frente à sociedade, pela dificuldade e falta de condições que as vítimas possuem de se defender do agressor. Ressalta-se ainda que estes tipos violências não estiverem expostos devem ser vistas com maior consciência, pois estando o agressor em constante e direto contato com a vítima a violência torna-se duradora.

Com o passar do tempo tivemos grandes avanços nos direitos da criança e do adolescente, percebe-se que somente a lei não é suficiente no sentido de fortalecer a devida proteção a estas crianças.

A escola tem um papel muito importante na vida e formação dessas crianças, um fator determinante é o tempo que ela as acolhe detectando e acompanhando as constantes transformações, por isso é indispensável que haja uma investigação juntamente com os profissionais da educação, deste modo é indiscutível a interação com os pais ou responsáveis pelo cuidado e desenvolvimento da criança assim como verifique o comportamento inadequado, só assim podendo intervir quando for necessário.



Os professores devem estar sempre atentos, observando as atitudes, o comportamento e o relacionamento do seu aluno com os demais colegas. Assim que perceber alguma mudança em suas atitudes e dificuldades na aprendizagem o educador deve ter um diálogo e demonstrar confiança com a criança para coletar informações que permitam detectar algum tipo de violência, e ter uma aproximação dos pais ou responsável. Se for necessário buscar apoio psicológico ou encaminhar para conselho tutelar.

A escola tem total autonomia para denunciar, pois a instituição vai além de transmitir conhecimento ela possibilita a construção e formação de cidadania. Assim como apresenta a função desenvolver um pensamento reflexivo.

O educador tem por responsabilidade e motivar pensamentos reflexivos, estabelecer uma relação de afeto, a compreender a realidade resgatando os princípios éticos e desenvolvendo os valores de solidariedade, respeito, responsabilidade, fraternidade e o principal de convivência.

O professor é aquele que acolhe, ouve, transmite conhecimento e muitas vezes como pais, sendo a primeira pessoa que terá maior possibilidade de perceber e intervir junto a situações de violência sofrida por uma criança, sendo ele o educador que conseguirá entender e compreender melhor como agir com o educando vitimizado.

Com a realização deste trabalho, pude conhecer perceber e compreender muitas situações vivenciadas em sala de aula. Permitiu-me ter uma visão ampliada quanto à importância e responsabilidade do pedagogo apresenta em sua profissão, assim como me proporcionou muitas aprendizagens.

**PARTE III – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS**

## **PERSPETIVAS PROFISSIONAIS**

De todas as escolhas que tive que fazer durante o percurso da minha vida, cursar Pedagogia foi uma das melhores, aprender a ver o outro como um ser social e valorizar sua singularidade como fator crucial de um processo é ser sensível a questões imprescindíveis do desenvolvimento humano. Hoje, na conclusão desse ciclo percebo a importância da contribuição que ele teve na minha vida profissional e principalmente pessoal.

O papel do professor em sala de aula afigura-se como um fator muito importante na formação dos indivíduos. No que diz respeito à violência podemos observar que atitudes e ações de mudança dos professores na forma de lidar com esse fenômeno colaboram para um progresso na batalha contra a violência.

A minha maior pretensão é poder contribuir de alguma forma na vida das pessoas por meio do que faço. Para isso, pretendo dar continuidade aos estudos na área da educação principalmente nas questões dos direitos humanos das crianças.

Para um futuro próximo, quero dar continuidade a essa pesquisa no mestrado, pois vemos quantas lacunas ainda são existentes sobre o uso da sanção física como medida educadora. Levando isso a diante penso em estudar também a promoção dos direitos humanos a crianças e suas respectivas famílias refugiadas no Brasil e fora.

## REFERÊNCIAS

ALBERTON, Mariza Silveira. Violação da infância crimes abomináveis humilham, machucam, torturam e matam. Porto Alegre: AG, 2005.

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AURELIO, Buarque de Holanda Ferreira. Novo Dicionário Aurélio. Ed nova fronteira 3ed. 1999.

AZEVEDO, Maria A. Guerra, Viviane Azevedo (org.). Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989.

BRANDÃO, Carlos R. (1986). Pesquisa Participante. São Paulo: Editora brasiliense.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Decreto nº 17.943-A, De 12 de Outubro de 1927.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais da saúde: um passo a mais na cidadania em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço. Secretaria de Políticas de Saúde. Ministério da Saúde. Brasília: 2001.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Plano Nacional de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Brasília/DF: Conanda, 2006

CHAUÍ, Marilena (2003). Ética, política e violência. Em T. CAMACHO (Org.). Ensaio sobre violência (pp. 39-59). Vitória: Edufes.

COLE Michael; COLE Sheila. Reações Psicológicas do Adolescente O desenvolvimento da Criança e do Adolescente. (Tradução: Magda França Lopes) Porto Alegre: ARTMED, 2003.

CRAIDY; KAERCHER, G.E. (Orgs.) Educação Infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

CRUZ, Silvia H. V. (2010). Prefácio – ouvir crianças: uma tarefa complexa e necessária. M. P. R. Souza (Org.). Ouvindo crianças na escola: abordagens qualitativas e desafios metodológicos para a psicologia (pp.11-21). São Paulo: Casa do Psicólogo

DEMAUSE, L. Foundations of psychohistory. New York: Creative Roots, 1982.

DURRANT, J. E. Castigos corporais: preponderância, preditores e implicações para o comportamento e desenvolvimento da criança. In: HART, S. N. (Org.). O caminho para uma disciplina infantil construtiva: eliminando os castigos corporais. São Paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, E.; FALEIROS, V. Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

GOMES, Jenifer Medeiros. As Configurações do Fenômeno Bullying no Ambiente Escolar e Suas Implicações Psicológicas. Defesa em 2007, Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC.

GUERRA, Viviane N. A. Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada. 7ª Ed São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Viviane N. A. Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada. 7ªEd São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, V.N.A Violencia de pai contra filhos: a tragédia revisitada. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998

KRAMER, Sonia & JOBIM E SOUZA, Solange. Educação ou tutela? a criança de 0 a 6 anos. São Paulo: Loyola, 1988

MINAYO, M. C. A violência social sob perspectiva da saúde pública. Cadernos de Saúde Publica Rio de Janeiro, n. 10, p. 7-18, 1994.

NEVES, A.S. A Violência física de pais e mães contra filhos: cenário, historia e subjetividade. 2004.

OLIVEIRA, Z.R. Educação Infantil: Fundamento e Métodos. São Paulo, Cortez, 2002.

TRAUTWEIN, Carmen T. G. (2010). A dor e a delícia de entrevistar crianças na construção de um procedimento metodológico infantil. In: SOUZA (Org.). Ouvindo crianças na escola: abordagens qualitativas e desafios metodológicos para a psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo.

VALSINER, Jaan (2007) *Culture in minds and societies. Foundations of Cultural Psychology*. New Delhi: Sage Publications India Pvt Ltda.

VIGOTSKI, Lev.S. (1988) *El desarrollo de los procesos psicológicos superiores*. México: Grupo Editorial Grijalbo.

**ANEXOS**



**ANEXO 01**

Universidade de Brasília - Faculdade de Educação

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) participante,

Sou estudante de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do professor Francisco José Rengifo-Herrera, cujo objetivo é identificar as situações de violência presente no cotidiano das crianças da educação infantil.

Assim, gostaria de consultá-lo (a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa onde seu(sua) filho(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o nome dele (a) e a escola não serão divulgados, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo (a).

A participação envolve observações do cotidiano escolar das crianças e oficinas cujo o objetivo é identificar como as crianças se posicionam com a temática da violência. Os dados provenientes da participação na pesquisa, tais como os desenhos e gravações de áudio e imagem ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco. Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Seu(sua) filho(a) é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora Patrícia Costa ou pelo Professor Orientador Francisco José Rengifo-Herrera pelo email [frengifo@unb.br](mailto:frengifo@unb.br)

Atenciosamente

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

---

Nome / assinatura

---

Pesquisador Responsável

Brasília, \_\_\_ de Maio de 2016



## ANEXO 02

### PLANO DE AULA

#### Oficinas

- Sacola Legal

Duração: 10 a 15 minutos

Material: Sacola e objetos diversos

Objetivo: Construir um vínculo com as crianças e conhecer o lugar em que estão inseridas e o significado que o mesmo traz.

Atividades: Cada criança irá percorrer o espaço da escola e trará algum objeto que caracterize o que ela mais gosta nesse ambiente e depositará na sacola.

Em seguida se abrirá uma roda de conversa para conhecer o que as crianças gostam de fazer na escola, quais suas preferencias e a frequência que elas participam desses momentos.

- Gosto/ Não gosto

Duração: 10 a 15 minutos

Material: folha branca lápis de cor, giz de cera, livro Chapeuzinho Amarelo de Chico Buarque e imagens de crianças tristes.

Objetivo: Mostrar que cada um tem seu jeito e todos nós passamos por problemas criar um espaço para suas manifestações e posicionamentos.

Atividade: Leitura do livro Chapeuzinho Amarelo de Chico Buarque que retrata o enfrentamento do medo, em seguida com o auxílio de imagens de crianças tristes relacionar e questionar os motivos que levam as crianças ficarem tristes e o papel que os adultos tem nisso, ou seja, o que os adultos fazem que deixam as crianças tristes.

- Minha família

Duração: 10 a 15 minutos

Material: Fantoches

Objetivo: Conhecer se há violência domestica nos lares das crianças e identificar como elas tratam esse tema e se ele as afetam e reflete na sua vida escolar.

Atividade: A apresentação de dois fantoches (pai e mãe), representar com as crianças situações que os pais e seus filhos vivem no dia a dia e como são as resoluções de conflitos familiares.